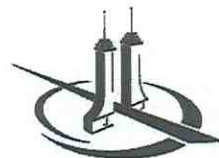




PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO  
GABINETE DO PREFEITO



Ofício 835

Ofício nº 863/2025/GAPRE

Uruguaiana, 07 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador Joalcei Alves Gonçalves  
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana  
NESTA

**Assunto: Encaminha Resposta.**

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 898/2025 da Secretaria Municipal de Administração (SECAD)**, em resposta ao **Ofício 1770/2025/DLEG**, de autoria do Poder Legislativo, onde a Vereadora Stella Luzardo realiza indicação, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

  
**Carlos Alberto Delgado de David,**  
Prefeito Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
**Secretaria Municipal de Administração**

**C.I. nº 898/2025**

De: SECAD – Gabinete da Secretária

Para: SEGOV

Uruguaiana, 03 de novembro de 2025.

Assunto: **Resposta C.I 1755/2025**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio desta CI 076/2025 SECAD em anexo, fazer a remessa das informações solicitadas pela CI 1755/2025 SEGOV.

Sem mais para o momento, fico à disposição para quaisquer esclarecimento.

Atenciosamente,

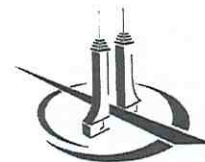
**Ecilma Barreto de Oliveira Herrera**

Secretária de Administração

Prefeitura Municipal de Uruguaiana



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



Uruguaiana, 3 de novembro de 2025.

**COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 076/2025**  
**DA: COORDENADORIA DE EXPEDIENTE/SECAD**  
**PARA: SEGOV**  
**ASSUNTO: RESPOSTA C.I. 1755/2025/SEGOV**  
A/C Secretário Adjunto de Governo.

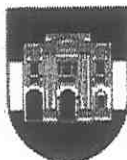
**Senhor Secretário:**

Em tenção a C. I. n.º 1755/2025, dessa SEGOV, acerca do Ofício n.º 1770/2025/DLEG, cumpre-nos informar o que Relação dos ocupantes de Cargos em Comissão – CCs e das Funções de Confiança do Poder Executivo, de que trata a Lei n.º 5.827, de 15 de janeiro de 2025, alterada pela Lei n.º 5.873, de 28 de maio de 2025, está divulgada no site oficial do Município, no endereço: [https://www.uruguaiana.rs.gov.br/arquivos/cargos\\_lei\\_5827\\_alerada\\_pela\\_lei\\_5873\\_a\\_partir\\_de\\_29-5-2025\\_31075319.pdf](https://www.uruguaiana.rs.gov.br/arquivos/cargos_lei_5827_alerada_pela_lei_5873_a_partir_de_29-5-2025_31075319.pdf)

**Atenciosamente,**

  
Leonidas Jaques dos Santos  
Agente Adm. Aux.  
Matr.: 21725-6  
Exp. SECAD.





PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

OFÍCIO EXECUTIVO Nº 1770 /2025/DLEG

Uruguaiana, 21 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Carlos Alberto Delgado de Davi  
Prefeito  
Nesta

**Assunto: Indica providências.**

Senhor Prefeito,

1. Servimo-nos do presente para, em atenção à Indicação nº 430, da Vereadora Stella Luzardo Alves, aprovada pelo Plenário, indicar a Vossa Excelência a atualização e manutenção periódica das informações disponibilizadas no portal eletrônico oficial da Prefeitura, referente à "Relação dos Cargos em Comissão" do Município, no endereço:

<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/portal/servicos/1281/relacao-dos-cargos-em-comissao>.

2. A presente solicitação fundamenta-se nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consagrados no artigo 37, caput, da Constituição Federal, que impõem à Administração Pública o dever de garantir transparência ativa e acesso público às informações. Em especial, observa-se o disposto nas seguintes normas:

- Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Lei da Transparência) – que alterou a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que os entes públicos disponibilizem, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, incluindo gastos com pessoal e estrutura de cargos;

- Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) – que, em seu art. 8º, inciso I, impõe a divulgação proativa, nos sítios eletrônicos oficiais, de informações de interesse coletivo, entre elas a relação nominal de servidores e ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, com suas respectivas remunerações e lotações;

- Decreto Federal nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI e define o padrão mínimo de conteúdo e forma de disponibilização das informações públicas;

3. Constata-se, entretanto, que o link supramencionado encontra-se desatualizado e incompleto, não refletindo a composição atual dos cargos em comissão, suas denominações, lotações e remunerações, o que contraria as normas de transparência e publicidade exigidas pelas legislações citadas.

4. A atualização do referido conteúdo é medida de caráter obrigatório e contínuo, necessária para assegurar:

- o controle social e o acompanhamento pela população;
- o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- a efetivação do princípio da transparência administrativa.